



LÉLIA GONZALEZ: ENTENDENDO O BRASIL A PARTIR DAS RELAÇÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO

THAMIRES COSTA RODRIGUES LIMA¹

Resumo: O presente artigo tem como intuito analisar a obra de Lélia Gonzalez e a possibilidade de entender o Brasil a partir de uma perspectiva que inclua as categorias de classe, raça e gênero. O artigo é dividido em três partes: uma breve introdução sobre o trabalho da autora, seguido de um diálogo com o mito da democracia racial, partindo da obra de Gilberto Freyre e as críticas tecidas pela autora, e em terceiro momento abordamos a questão de gênero e a ideia de um feminismo afro-latino-americano.

Palavras-chaves: Feminismo afro-latino-americano. Pensamento social brasileiro. Gênero.

Abstract: This article aims to analyze a work by Lélia Gonzalez and the possibility of understanding Brazil from a perspective that includes the categories of class, race and gender. The article is divided into three parts: a brief introduction about the author's work, followed by a dialogue with the myth of racial democracy, based on the work of Gilberto Freyre and criticisms made by the author, and thirdly, we address the issue of gender and the idea of an Afro-Latin American feminism.

Keywords: Afro-Latin American Feminism. Brazilian social thinking. Gender.

Lélia Gonzalez: uma intelectual brasileira

Pensar o Brasil a partir da obra de Lélia Gonzalez é usar uma nova lente. A autora nos convida a questionar o que durante muitas décadas no pensamento social brasileiro foi colocado como dado, como irrefutável. Inserida no que chamamos de perspectiva decolonial, Lélia Gonzalez produz, a partir da análise crítica, um trabalho que busca uma nova epistemologia, visando entender o contexto social a partir de um novo olhar, proveniente do próprio país, e questionando os pilares coloniais do pensamento produzido no Brasil

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC) e atualmente aluna da graduação de Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: thamiresclima@gmail.com . Vinculada ao Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia da Universidade Federal do Ceará (LEPEM/UFC) . E-mail: lepem@ufc.br e ao Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão DIDEM - Dilemas da Democracia da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: didem.ufrpe@gmail.com



com raízes europeias.

Tendo em vista que a obra de Lélia Gonzalez é incrivelmente vasta, selecionamos alguns pontos de reflexão para trabalhar no presente artigo, sendo eles: suas críticas ao conceito de democracia racial e um diálogo com a obra de Gilberto Freyre - Casa Grande e Senzala; a questão do entendimento das três dimensões: a classe, a raça e o gênero; e por último, o conceito de *América Ladina*. Damos destaque a esses três eixos pois acreditamos que é a partir dos questionamentos de democracia racial, o papel da raça na sociedade brasileira e seus imbricamentos com a questão de gênero e classe, que surge a necessidade de pensar uma *América Ladina* - um esforço consciente de pautar novas possibilidades de reflexão que superem as hierarquizações tão presentes na sociedade brasileira.

E é por isso que fundamentamos a obra de Lélia Gonzalez como de suma importância para o pensamento social brasileiro, havendo um esforço epistemológico, propondo novos olhares para compreender a história do país, mas, para além disso, o entendimento das imbricações das hierarquizações e os resquícios do processo colonial nos dão uma base para propor mudanças na nossa sociedade, nos “dá um norte”, e até mesmo uma utopia com o entendimento de uma sociedade que busca os resgates das suas bases históricas, como a *América Ladina* e a cultura negra e ameríndia.

Salientamos aqui que o pensamento de Lélia Gonzalez se coloca como decolonial, e argumentamos que é também revolucionário e transformador, não apenas para pensar o Brasil no Sul Global pelo Sul Global como mero pertencimento geográfico, mas como uma subversão das estruturas que norteiam o pensamento e que determinam quem são os sujeitos. A autora subverte um modo de analisar, e dá destaque àqueles entendidos como subalternos na sociedade brasileira, dando um novo enfoque e criando novas narrativas para refletir sobre o Brasil.

Assim, Dias, Souza e Henning (2021), por exemplo, chamam a atenção para a importância que Lélia nos trás sobre “[...] repensar e construir outras narrativas sobre a história das experiências das pessoas negras no Brasil” (p.95). Enquanto Tolentino (2019), ressalta a importância da pensadora em quebrar padrões de pensamentos clássicos, de se analisar a existência e a sociedade a partir de “[...] estruturas branco-hétero-patriarcais” (p.74).

Em título biográfico, é importante ressaltar a formação acadêmica de Lélia Gonzalez, e também a sua atuação como militante e como política - que muitos podem apontar como entrave para a sua obra e análise científica -, neste trabalho, entretanto, vemos isso como um enriquecimento à sua crítica da sociedade. Em termos acadêmicos, a pensadora tem seus estudos em geografia, história, filosofia e antropologia, assim como conhecimento em psicanálise. Já como figura política, se destaca pela luta contra a ditadura militar, fazen-



do parte do movimento pela democratização. Lélia Gonzalez funda o Movimento Negro Unificado, assim como fundou a organização Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras. Outras tantas participações de Gonzalez em conselhos, congressos e em iniciativas culturais também são de expressiva importância, assim como sua atuação política em partidos como o PT e o PDT, mas dado ao escopo deste artigo, é ilusório dar cabo de toda a sua obra em poucas páginas.

Como afirma Tolentino (2019), “Os sistemas de ensino e o simbólico que os acompanha carregam consigo uma das marcas indelévels da colonização e da herança da colonialidade, sob a qual vivemos ainda hoje [...]” (p.76). Logo, refletir sobre a obra de Gonzalez, que causa uma quebra nos paradigmas e nos oferece novos olhares, enquadra-se como um esforço consciente de contemplar obras que por muitos anos foram tidas como menos científicas exatamente por seu cunho crítico e militante. Entendemos que a obra de Lélia é primordial para pensar um Brasil por outros olhares, para ouvir outras vozes, e acreditamos que o empenho político de Lélia em nenhum momento faz com que a sua obra seja questionada, na verdade a enriquece de múltiplas formas, como abordaremos no presente artigo.

O mito da democracia racial

O entendimento de que o Brasil vivia em uma democracia racial foi difundido por muitas décadas. Petrônio Domingues (2005) destaca, principalmente, um empenho no período de pós abolição, evidenciando até uma produção significativa da elite intelectual e política brasileira, e que a “[...] democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação [...]” (2005, p.116). Um dos maiores pensadores dessa vertente foi Gilberto Freyre, em sua obra clássica *Casa Grande & Senzala*, onde discorre sobre as influências históricas da miscigenação.

Em uma passagem específica, Freyre argumenta que:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de



se constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 2003, p.33)²

Nessa e em diversas outras passagens do mesmo texto, o autor dá a entender o Brasil como um país que, em sua formação, a “unidade ou pureza de raça” (2003, p.91) se deu de forma despreocupada. O entendimento de que as relações de poder dentro do Brasil colonial, circunscritas entre o escravo e o Senhor, se deu de forma pacífica, branda, ou até mesmo em forma de confraternização, é extremamente criticada pela autora Lélia Gonzalez, que resgata processos de reistência do povo negro para os inúmeros processos de violência.

As críticas de Gonzalez à questão do entendimento vigente das relações raciais é de enorme contribuição para o pensamento social. A pensadora, como Barreto (2005) afirma, coloca em cheque e desconstrói a noção de harmonia social, e critica de diversas formas a noção de que o negro estaria “[...] acomodado, que passivamente aceitou a escravidão [...]” (2005, p.54), e para isso, Lélia resgata diversas formas de resistência do povo negro, dando voz e destaque àqueles que eram colocados como submissos e obedientes.

Em específico sobre o processo de miscigenação e as relações inter-raciais, Gonzalez chama a atenção de que essas vinculações se davam dentro de um sistema onde a violência era intrínseca, e afirma que:

A diferença (se é que existiu), em termos de Brasil, estava no fato de que os ‘casamentos inter-raciais’ nada mais foram do que resultado da violência de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.). E esse fato daria origem a década de 1930, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial. Gilberto Freyre, o famoso historiador e sociólogo, é seu principal articulador, com sua teoria do lusotropicalismo. O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistia em nosso país graças ao processo de miscigenação. (GONZALEZ, 2020, p.50)

Em outras passagens, Gilberto Freyre (2005) continua a apresentar o processo de miscigenação como não só formador da sociedade brasileira, mas também como tendo papel decisivo para abrandar as clivagens de raça presente no Brasil, afirmando que: “Sociedade que se desenvolveria menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profi-



laxia social e política [...]” (p.65).

É dentro dessa lógica que Lélia Gonzalez vai entender o racismo como “[...] construções ideológicas cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação social” (2020, p.55), e enfatiza a “[...] reprodução ampliada das classes sociais” (2020, p.55), atentando para a distribuição da sociedade dentro das classes sociais e seu papel de subordinação, afirmando que o racismo, dentro da sociedade brasileira tem um papel de destaque dentro dessa estrutura (2020). É a partir desse entendimento que a pensadora chama atenção para os trabalhos realizados por pessoas negras, que muitas vezes se enquadram como precarizados e de baixa remuneração.

Em especial sobre a mulher negra, Lélia discorre sobre o trabalho doméstico e a ‘mulata’ como produto. Na obra de Gilberto Freyre (2005), a mulata é exaltada, entendida como glorificada pela sociedade através do ‘lirismo amoroso’ (p.72). A pensadora, então, questiona essa racionalidade, colocando o seu pensamento crítico sobre esse entendimento das mulheres negras, que promove não apenas a hierarquização delas a partir do machismo e do racismo, mas também providencia inúmeros impactos sobre a corporeidade dessas mulheres e sua viabilidade. Resgatando o trabalho de Judith Butler (2004), a autora afirma que “certos humanos são reconhecidos como menos que humanos, e essa forma de reconhecimento qualificado não leva uma vida viável [...]”³ (p.2), questionando e se mostrando crítica dos acessos desiguais a direitos e a justiça distributivas desses corpos.

Lélia Gonzalez, então, pensando especificamente a posição da mulher negra na sociedade brasileira, fala como o entendimento da mulata está inserido dentro da lógica que imprime estereótipos que agem nas mulheres negras, e promove um reforço de subordinação e que está “num processo extremo de alienação imposto pelo sistema” (2020, p.59) na questão da exploração sexual da mulher negra, que a autora destaca ir além das possibilidades do feminismo branco que nega a importância da raça para pensar o gênero.

A crítica de Lélia ao feminismo brasileiro, que recusa inserir a raça na questão de gênero, ou “[...] não se atentam para o fato da opressão racial [...]” (2020, p.61) vem do entendimento de que a classe, raça e gênero não podem ser pensados como processos excludentes. Assim, Gonzalez afirma que há um processo de racismo cultural internalizado (2020, p.61), onde “[...] as categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial [...]” (2020, p.61) e que nessa lógica se inserem os “[...] mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial [...]” (2020, p.61).

A filósofa também afirma que, em nenhum momento da história, a sociedade negra fez

³ Tradução nossa, a citação na língua inglesa segue: Certain humans are recognized as less than human, and that form of qualified recognition does not lead to a viable life.



parte de fato de um programa de formação de identidade, como, por exemplo, ao destacar José Bonifácio⁴ e seus empenhos de criar uma identidade brasileira e um Estado (GONZALEZ, 2020, p.310). A autora afirma que esse processo de criar uma ausência, ou uma omissão, é como o racismo foi incorporado na sociedade brasileira, e como ele até hoje é entendido, exatamente pelo desenvolvimento de noções como a de democracia racial ou de uma nação a partir de ‘três raças’, mas que duas delas, o negro e o ameríndio, não são vinculadas da mesma forma que o branco.

Dentro desse encadeamento, Lélia Gonzalez pensa o racismo por denegação - conceito freudiano que implica na negação da existência de uma estrutura racista presente na sociedade, já que “acham que o Brasil é uma democracia racial e que é proibido discutir questões sobre o racismo” (2020, p.62). A autora também chama atenção para o contexto específico que é derivado do processo colonizador, como o uso de teorias evolucionistas que se era entendido até então como ciência, e da criação de uma hierarquização dentro do sistema colonial, apontando que as colônias latinas eram “herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual)” (2019, p.359), e que por isso tinha um arranjo específico posto que:

[;..] no caso das sociedades de origem latina, temos o racismo disfarçado ou, como eu o classifico, racismo por denegação. Aqui, prevalecem as “teorias” da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial”. A chamada América Latina que, na verdade, é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa, apresenta-se como o melhor exemplo de racismo por denegação. (2019, p.358)

Sendo assim, dentro do contexto de um país colonizado e com a ideologia do branqueamento, a autora afirma que “por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é bastante sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas” (2019, p. 359). É importante salientarmos esses entendimentos da obra de Gonzalez, porque é a partir deles que podemos refletir e entender a necessidade de se pensar um feminismo afro-latino americano e a *América Ladina* - que é moldada exatamente de um resgate das culturas ameríndias e africanas, se debatendo o racismo, e entendendo os aspectos de um continente colonizado.

É então pela negação do racismo que as estruturas se mantêm. A democracia racial, o

4 José Bonifácio de Andrada e Silva, conhecido como Patriarca da Independência pelo seu papel na Independência brasileira, e também conhecido como Patrono da Independência brasileira.



processo de branqueamento, e até comparações irrisórias que dizem que a questão racial no Brasil é mais branda, acabam por tornar a raça uma questão incontestável. A autora, inclusive, chama a atenção para o não falar sobre o racismo como uma problemática, pois sem o debate não há superação e modificações nas estruturas; um exemplo à crítica da negação do racismo é exatamente dentro do movimento feminista (2020, p.140).

Desse modo, Rodrigues e Monteiro (2020) afirmam que

a intelectual brasileira propunha uma crítica ácida ao modelo brasileiro, no qual o racismo teria sido construído de forma velada, penetrando nos subterrâneos da colônia, com seus particulares esquemas de violência psicológica, como um elemento recalcado - ou melhor, denegado - pela nossa cultura, cujo ocultamento cumpriria um projeto de esquecimento do passado escravocrata que está na gênese da sociedade brasileira e esconderia os meandros da crueldade racista ao negar sua existência. (p.95)

Causando certa “neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 2020), que se apresentaria em diversos âmbitos da sociedade, até aqueles tidos como progressistas, como, por exemplo o movimento feminista e partidos políticos - que se negavam a colocar a questão de raça como central em seus programas.

A questão de gênero e a possibilidade de um feminismo afro-latino-americano

Quando falamos de Lélia Gonzalez, a questão de gênero é uma das principais temáticas, porém ela não é entendida como descolada das questões de classe e raça. Na verdade, esses três conceitos são vistos pela autora de forma imbricada, de maneira interseccional, conceito esse que só foi cunhado em 1989. Autoras norte americanas como Kimberle Crenshaw e Angela Davis também analisam o mundo através dessa tríade, e entendem que essas questões não são mutuamente exclusivas, já que, por exemplo, a mulher negra tem a sua vivência permeada por todas essas questões ao mesmo tempo, e não de forma categorizada ou desagregada.

Biroli (2018) declara que

O gênero não se configura de maneira independente em relação à raça e à classe social nem é acessório relativamente a essas variáveis. De fato, na conformação



conjunta do capitalismo e do patriarcado em seus padrões atuais, as mulheres são posicionadas como um grupo onerado pelo cotidiano de trabalho prestado gratuitamente, direcionado a ocupações específicas, menos remunerado que os homens que desempenham as mesmas atividades e subrepresentado na política. (p.23)

Deixando claro que é necessário pensar as questões de maneira conjunta, e que esses aspectos se multiplicam, se aglutinam, e produzem realidades a partir das suas correlações. Biroli (2018), então, usa a divisão sexual do trabalho para apresentar uma hierarquia de gênero, que incide de diferentes maneiras de acordo com classe e raça.

Particularmente no seu ensaio denominado Mulher Negra, Gonzalez (2020) em sua Carta-Denúncia afirma que “numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra” (p.109). Deixando claro, assim, a necessidade dos três conceitos para entender as realidades, as hierarquias, a sociedade, e fazer um movimento consciente de tensionar esses parâmetros, visto que “apontar pro lugar da mulher negra nesse processo de formação cultural, assim como pros diferentes modos de rejeição/integração do seu papel” (GONZALEZ, 2020, p,78) nos leva ao questionamento da sociedade brasileira, e que pode nos conduzir ao reconhecimento da necessidade de entender uma *América Latina*.

É se debruçando sobre a questão da mulher negra e o trabalho, que a autora afirma que «de modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação <profissional>: doméstica e mulata» (2020, p.59). A questão da mulher negra como doméstica se constrói a partir do processo de escravidão, principalmente derivado do trabalho como mucama, que Gonzalez destaca a representação denominada de “mãe preta” (2020, p.53). Dessa forma, entender a questão das mulheres negras em relação ao cuidado - aqui entendido como função e trabalho, mesmo aqueles não remunerados - não pode ser descolada da sua raça, do seu gênero e da sua classe.

Em consonância com esse entendimento, Biroli (2018) afirma que “essa alocação desigual não é aleatória, mas atende a padrões que têm correspondência com as hierarquias de gênero, raça e classe social. Entre os que cuidam, há mais mulheres, mais negras/os e mais indivíduos das camadas mais pobres da população.” (p.81). Hooks⁵ (2020) também chama atenção para a questão de gênero e condição econômica. A autora norte americana destaca como o movimento feminista apresentava hierarquias de condições

⁵ bell hooks, intelectual negra americana, tem seu pseudônimo grafado em letras minúsculas; uma decisão da autora que argumenta que essa grafia deslocaria o foco da sua figura para suas ideias. Neste artigo, entretanto, fizemos a escolha de grafar seu nome com letras maiúsculas.



sociais, e como “mulheres de classes privilegiadas conseguiram tornar suas preocupações ‘as’ questões que deveriam ser o foco” (p.65).

É então, a partir desta realidade posta, que Gonzalez argumenta a necessidade de se visualizar a questão de classe, raça e gênero de maneira imbricada. Como Hooks enfatiza, a agenda do movimento feminista pode ser moldada pelas mulheres brancas de classe privilegiada, sendo assim a questão do gênero apenas não conseguem explicar o todo. Além disso, é importante lembrar que o movimento feminista, em sua origem, possui imagens brancas e bases de pensamento europeu. Sobre isso, Gonzalez discorre que:

Por aí se vê o quanto as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor, também discriminado, que não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os velhos mecanismos do ideal de branqueamento, do mito da democracia racial. Nesse sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiras é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se percebe a necessidade de denegação do racismo (2020, p.43)

Seria então, impossível, pensar a questão de gênero dissociada da classe ou raça, não só porque eles incidem da mesma forma sobre as mulheres negras e a construção de hierarquias atua de forma simbiótica, mas porque, se não pensar a questão da raça, que como já exploramos no presente artigo passa pelo fenômeno de denegação, as representações do gênero vão ser singulares - representando apenas a mulher branca e perpetuando a exclusão das mulheres ameríndias e negras. Não pensar a questão de raça e classe é perpetuar uma hierarquia.

De acordo com Lélia Gonzalez, então:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação feita; em termos de representação sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais e desvalorizados em termos de população economicamente ativa (2020, p.42)

Isso porque, até em esferas de se pensar o gênero e não se pensar a raça, corrobora nesse processo de normalização, de naturalização de hierarquias e desigualdades socialmente



criadas. Posto isso, é necessário pensar a raça, classe e gênero atrelados para entender, por exemplo, a divisão sexual do trabalho; que segundo Biroli (2018) é acompanhada do quesito raça na alocação de ocupações, mas também no salário.

É dentro dessa realidade múltipla que Gonzalez argumenta o pensar sobre *ameafricanas*, a *amefrica ladina*, e a necessidade de conceber uma nova forma de feminismo com outros pontos de partida, referências, imagens e lógicas. Lélia Gonzalez, com seus conceitos, promove um questionamento de quem são os sujeitos que dialogam com a ideia do feminismo clássico; quais são os sujeitos que se entrelaçam com a ideia de Brasil; e quais são negados de se tornarem sujeitos a partir de um ideal construindo com olhares que ignoram as especificidades e a história cultural do país.

Dias, Souza e Henning (2021) chamam atenção para as possibilidades que o pensamento de Lélia Gonzalez nos traz a partir de suas críticas, questionamentos e novas perspectivas. É a partir dessa construção de novas concepções que os autores afirmam que a autora produz um novo pensar, dizendo que:

A negra epistemologia de Lélia Gonzalez, por sua vez, aponta para a limitação imposta pelas restrições das fronteiras disciplinares e transita no pensamento diacrônico ao refletir sobre os processos sociais que caracterizaram as experiências de pessoas negras durante a escravidão, e assim, identificar as transformações e permanências nas relações sociais assimétricas no presente. Ao mesmo tempo, para repensar e construir outras narrativas sobre a história das experiências das pessoas negras no Brasil - para além meramente do sofrimento - abre-se espaço também para serem postas em relevo manifestações de criatividade e libertação, o que está também muito presente na abordagem de outras intelectuais negras raízes brasileiras. (Dias, Souza e Henning, 2021, p.95)

Sendo assim, podemos entender como Gonzalez não só identifica novos sujeitos, mas os traz em sua obra como seres ativos, complexos, e com potencialidades. Desse modo, Lélia entende a *ameafricanas* e a *Amefrica Ladina* como possibilidades de criações que oferecem uma mudança de entendimento basilar. A autora afirma que pensar nesses novos termos é de suma importância pois “seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram em uma determinada parte do mundo” (2019, p.362-363).

Pensar na *Amefrica Ladina* é exatamente entender os aspectos históricos que produzem a classe, a raça e o gênero, e a partir daí criar uma nova realidade



na qual o processo histórico é reconhecido, e que leva a novas possibilidades não só de entendimento, mas também de transformação.

Lélia Gonzalez compreende que há um empenho válido em se pensar a partir de uma *Ame-frica Ladina*, afirmando que o “[...] valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram em uma determinada parte do mundo” (2020, p.362-363). Pensar a partir desse conceito nos proporciona novas formas de entender a realidade, e ainda, de entender a partir de novos olhares. A autora chama atenção para a decorrência de se pensar em termos de uma amefricanidade:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (“Amefrican-ity”), são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a AMÉRICA como um todo (Sul, Central, Norte e insular). Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural p.362

Pensar a partir do conceito de amefricanidades então nos permitiria a produzir novos entendimentos, que neles estariam inseridos mais que um processo geográfico da América, mas também um processo histórico-cultural, e sendo assim, produzir um conhecimento com mais referências para além da europeia. Sendo assim, poderíamos também reconhecer outros corpos para além do branco, e então, reconhecer mais mulheres. Consequentemente, tornando os movimentos mais democráticos, causando uma mudança significativa na sociedade.

Fica claro, então, a urgência de se pensar o Brasil a partir de novos cânones, de novos pontos de partida. E a partir daí, conceber também em novos feminismos que possam reverberar as questões das mulheres negras e ameríndias. Questionando as inferioridades criadas pelo processo racista colonial (GONZALEZ, 2020, p.140) podemos atentar em novas formas e maneiras de ser mulher, e questionar o processo do que é delimitado público e privado, e do que é político.

Assim, destacamos o que Lélia Gonzalez argumenta sobre a necessidade de se produzir um novo feminismo, um feminismo afro-latino-americano, que entende as especificidades do que é o Brasil, a sua colonização, as suas desigualdades e hierarquias. Pensar o Brasil de Lélia Gonzalez nos faz ter um entendimento mais amplo da sociedade brasileira, dos processos que se mantém, e também nos ajuda a uma reflexão significativa do que é uma



sociedade democrática.

Elaborar um entendimento da sociedade brasileira pelo olhar pautado em epistemologias e obras transformadoras se torna essencial, sendo a obra de Lélia Gonzalez um dos pilares para nos levar não só a um entendimento mais complexo, plural e completo das desigualdades, mas também para projetar possibilidades de superar as estruturas que engendram entendimentos que nos impedem de ter uma sociedade mais democrática.

A obra de Lélia se mostra então subversiva e instigante, e ao mesmo tempo que dilapida as estruturas da sociedade pautadas no racismo, e nas desigualdade de gênero e classe, nos trás um pensamento que semeia novas possibilidades a partir da defesa do debate político dessas questões. Muitas vezes é colocado como as análises realista e idealistas são distintas, no pensamento brasileiro Lélia as unifica, fazendo uma análise certa da realidade sem abdicar da criação de uma utopia possível, pois entender o Brasil é imprescindível para transformá-lo em um país menos desigual.

Referências

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BARRETO, Raquel de Andrade. **ENEGRECENDO O FEMINISMO OU FEMINIZANDO A RAÇA: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social da Cultura, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=7183@1>

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no brasil**. Rio de Janeiro: Boi Tempo, 2018.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2014000300015>.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 17, n. 49, p. 117-133, dez. 2003. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142003000300008>.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex:: a black femi-



nist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **The University Of Chicago Legal Forum**. Chicago, p. 139-167. 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>

DIAS, Luciana de Oliveira; SOUZA, Cristiane Santos; HENNING, Carlos Eduardo. ORÍ E CABAÇA SÃO FEMININAS: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 25, p. 88-105, 10; 2020.

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus, v. 10, n. 6, p. 116-131, out. 2005. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria político-cultural da amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 13. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

RODRIGUES, Carla; MONTEIRO, Juliana de Moraes. LÉLIA GONZALEZ, UMA FILÓSOFA AMERICANA. **Revista Ideação**, [s. l], v. 42, n. 1, p. 94-105, jun./dez. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/5460>. Acesso em: 13 maio 2021.

TOLENTINO, Joana. Lélia Gonzalez: uma filósofa brasileira abalando as estruturas. **Em Construção**, [S.L.], v. -, n. 5, p. 73-83, 7 jun. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2019.40848>.